



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Rua Vereador Romeu Agrário Martins - Bairro Tendo - CEP 45400-000 - Valença - BA - www.portal.ifba.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – CAMPUS VALENÇA, no uso de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Portaria nº 1762 de 08 de abril de 2024 (3494160), resolve, *ad referendum* do Conselho de Campus:

Art. 1º. **Aprovar** Projeto Pedagógico Curso de Formação Inicial e Continuada - FIC Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural modalidade presencial.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Em 04 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO TAVARES DE SOUZA, Presidente do Conselho de Campus**, em 05/12/2024, às 14:27, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3890359** e o código CRC **A2860F29**.



Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia
Pró – reitoria de Extensão
<https://portal.ifba.edu.br/proex>
proex@ifba.edu.br

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - FIC
AGENTE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
MODALIDADE PRESENCIAL

Valença – BA
2024



Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia
Pró – reitoria de Extensão
<https://portal.ifba.edu.br/proex>
proex@ifba.edu.br
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

Luzia Matos Mota Reitora
Reitora

Jancarlos Menezes Lapa
Pró-Reitor de Ensino

Nivea De Santana Cerqueira
Pró-Reitora de Extensão

Sueli dos Santos Prazeres
Coordenação Geral do PRONATEC

Aurelina Fernanda de Andrade Moraes
Coordenação Adjunta Pedagógica do PRONATEC

Paulo Roberto Tavares de Souza
Diretor Geral do Campus

Tárcio Henrique Ribeiro dos Santos
Coordenação de Pesquisa e Inovação

Eliete da Silva Barros
Coordenador de Extensão

Fabício Menezes Ramos - (SIAPE: 1345478) - Presidente
Hilas de Jesus Almeida - (SIAPE: 1461660) - Membro
Joeliton dos Santos Sousa - (SIAPE: 1034459) - Membro
Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso

SUMÁRIO

5

6

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPUS6

77

78

88

9

9

11

14

16

16

17

18

18

18

19

19

19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Disciplina Noções de Educação Financeira **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 2 - Disciplina Comunicação e escrita oral em diferentes contextos 11

Tabela 3 - Disciplina Ética e Cidadania no Mundo do Trabalho 11

Tabela 4 - Empreendedorismo cultural 12

Tabela 5 - Disciplina Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho 12

Tabela 6 - Disciplina técnica 01 13

Tabela 7 - Disciplina técnica 02 13

Tabela 8 - Disciplina técnica 03 13

Tabela 9 - Disciplina técnica 04 14

Tabela 10 - Ações de acesso, permanência e êxito **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 11 - Quantidade de avaliações 17

Tabela 12 - Cronograma 19 19

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação do Curso 5

Quadro 1 - Matriz Curricular do curso FIC Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural 10

1. DADOS CADASTRAIS DO CURSO

Quadro 1 - Identificação do Curso	
Curso	Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural
Categoria	Formação Continuada
Natureza	Extensão
Tipo de oferta	Formação
Proponente	IFBA Campus Valença
Modalidade de ensino	Presencial
Turno	(X) Matutino () Vespertino () Noturno
Eixo Tecnológico	Recursos Naturais
Escolaridade mínima	Ensino Médio - Completo
Duração	Até 1 ano
Carga Horária Total	200h
Carga Horária Semanal	04h
Número de discentes por turma	40
Ingresso	Edital de inscrição ou seleção simplificada
Local de oferta	IFBA- campus Valença
Perfil profissional	Realiza planejamento estratégico, acompanhamento da produção e elabora projetos de intervenção. Realiza abordagem metodológica participativa, dialógica e construtivista junto aos diversos públicos. Compreende conceitos de saber empreender projetos que envolvem o desenvolvimento rural sustentável e a promoção social. Planeja reuniões e coordena grupos de trabalho em redes cooperativas, associativistas e outros grupos produtivos. Atende a legislação vigente.
Título da certificação	Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural

2. APRESENTAÇÃO

Este documento trata-se do Projeto Pedagógico do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural, modalidade presencial.

O curso de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural, proposto pelo IFBA, campus Valença, surge como uma demanda ao Projeto “A residência agrícola no desenvolvimento do Baixo Sul da Bahia” aprovado no Edital Chamamento Público No 01/2022 – Programa de Residência Profissional Agrícola, promovido pela Secretária de Agricultura Familiar e Cooperativismos (SAF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e executado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Valença (Processo SEI No 23280.002089/2023-4). Visando capacitar profissionais para atuar no fortalecimento da Aquicultura na região do Baixo Sul da Bahia. Com uma economia que se sustenta principalmente na agricultura familiar e em empreendimentos de cooperativas, a região apresenta um potencial significativo para o desenvolvimento de iniciativas que promovam a inclusão social e o fortalecimento econômico.

Neste contexto, o curso visa formar profissionais que sejam capazes de entender e implementar os princípios da Assistência técnica, extensão rural e do desenvolvimento local, promovendo a constituição e a gestão eficaz dos empreendimentos que trabalham com a Aquicultura (Piscicultura, Carcinicultura, Ostreicultura e Aquaponia). Os alunos aprenderão a identificar as necessidades dos produtores e a prestar assistência técnica, contribuindo assim para a sustentabilidade e a resiliência desses empreendimentos.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPUS

O Território Baixo Sul - BA abrange uma área de 7.168,10 Km² e é composto por 14 municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães, Gandu, Piraí do Norte e Presidente Tancredo Neves. A população total do território é de 336.624 habitantes, dos quais 151.614 vivem na área rural, correspondendo a 45,04% do total. O território possui 22.048 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 39 comunidades quilombolas e 1 terra indígena. O seu Índice de Desenvolvimento Humano médio é 0,63 (BARRETO, 2014).

A cidade de Valença é o centro de um município com 1.190,38 km² de área e uma população de 89.597 habitantes, sendo 45.142 mulheres (IBGE/2010). É o maior município do Território de Cidadania do Baixo Sul, também conhecido como "Costa do Dendê".

No município, as principais atividades econômicas são a agricultura, a pesca e a pecuária. A agricultura é representada por propriedades agrícolas diversificadas, com destaque para o cultivo do dendê, coco da Bahia, pupunha, piaçava, pimenta-do-reino, cacau, urucum, guaraná, mandioca, café, cravo-da-índia, seringueira, pimenta-do-reino, banana, frutas, verduras, hortaliças e leguminosas. Além disso, há criação de porcos e carneiros. A pecuária é pouco desenvolvida, com destaque para o gado leiteiro.

O campus Valença localiza-se no bairro do Tento, bairro formado por pescadores e marisqueiras localizado à margem do Rio Una e próximo a manguezais. De fácil acesso e localização, podendo ser localizado pelo link: <https://goo.gl/maps/oy6TjHEZUprauDSj9>.

A Unidade de Ensino de Valença foi criada pela Lei 8.670, de 30 de julho de 1993, e inaugurada em dezembro de 1994 com a denominação de “Escola de Pesca” Suas primeiras turmas de ensino técnico foram formadas em 1996, marcando o início de sua trajetória de modernização e adequação de ofertas de cursos. O crescimento do campus Valença continuou em 2001, com a criação dos cursos de Aquicultura, Turismo e Hospitalidade. Em 2006, a unidade passou a oferecer cursos na nova modalidade “Integrada” nas áreas de Informática e Turismo, e, em 2008, expandiu suas opções com o curso de Aquicultura. Além disso, o campus também oferece cursos superiores, incluindo licenciaturas em Matemática e Computação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, além de pós-graduações na área da Educação.

4. JUSTIFICATIVA

Na região do Baixo Sul as atividades correspondentes à pesca, turismo, comércio e indústria possuem pouca participação na economia local (CAR/IDES, 2004). Com o índice de desenvolvimento humano abaixo do índice médio do Brasil 0.710 (PNUD, 2010), a região apresentando relevantes características de pobreza nas áreas rurais dos municípios. Além disso, a falta de condições básicas de vida e trabalho nas áreas rurais, ausência de serviços de saneamento básico, dificuldade de acesso à saúde e educação, isolamento digital, problemas no abastecimento da água e acesso à energia elétrica, entre outros, influenciam no aumento do êxodo rural (ESTIVAL, 2016).

Uma alternativa para resolver a questão socioambiental e desenvolver a região com sustentabilidade é a diversificação das atividades de produção. Segundo ESTIVAL (2016) ações para a melhoria da produtividade, o crescimento da produção, comercialização da pequena agricultura familiar e assentamentos rurais podem representar melhores possibilidades de redistribuição do emprego e renda.

Através dessa problemática visualizamos uma grande oportunidade da atuação do IFBA Campus Valença, objetivando o desenvolvimento local, inclusão social e fixação do homem no campo. Esta demanda se enquadra na responsabilidade dos Institutos Federais de acordo com a Lei que cria os Institutos Federais (Lei 11.892/2008), em seu artigo 6º incisos VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A falta de informações dos agricultores familiares sobre os aspectos relacionados à Aquicultura é um sério entrave ao desenvolvimento do setor, em especial na região nordeste. Um dos gargalos para realizar o desenvolvimento das comunidades locais é a ausência de profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural preparados, existindo assim uma relação direta entre a baixa quantidade e qualidade do que é produzido com o reduzido uso de tecnologias de cultivo (SOUSA, 2013; 2016). Desta forma, ao fortalecer o processo de ensino-aprendizagem de estudantes residentes, em especial na área agrícola, poderemos contribuir para formação de profissionais qualificados a atuarem no desenvolvimento de atividades produtivas, principalmente em comunidades voltadas à agricultura familiar.

Nesse contexto, o curso de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural concomitante com o Programa de Residência Profissional Agrícola proporcionará aos residentes, vivências quanto a prática do mundo do trabalho elevando o processo de profissionalização a uma perspectiva mais abrangente, em termos de competências técnicas e comportamentais no que se refere a Assistência Técnica e Extensão Rural.

5. OBJETIVOS

5.1 Geral

Promover a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização dos bolsistas do Programa de Residência Profissional Agrícola, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao ingresso no mercado de trabalho da Assistência Técnica e Extensão Rural, senso de responsabilidade ética e pleno exercício profissional, além de inserir a aquicultura como uma alternativa de produção sustentável para as comunidades da região do Baixo Sul da Bahia, no âmbito social, econômico e ambiental, subsidiando o desenvolvimento da agricultura brasileira, em consonância com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais.

5.2 Específicos

Capacitar profissionais para atuar no desenvolvimento e gestão dos empreendimentos aquícolas;

Promover o conhecimento sobre Assistência Técnica e Extensão Rural;

Desenvolver habilidades práticas para a solução de problemas;

Fomentar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas.

6. ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES E MATRIZ CURRICULAR

Inicialmente, é preciso pontuar que este curso é caracterizado como de formação continuada e tem natureza extensionista. Além disso, entende-se neste currículo como Cursos de formação inicial:

refere-se aos cursos que aprimoram, aprofundam e atualizam os saberes relativos a uma determinada área profissional, ampliando a formação. São estruturados de acordo com a demanda de capacitação e os objetivos do curso, com o mínimo de 20 horas de carga horária para efeito de registro no SISTEC (IFBA, 2021, p. 4).

Em atendimento ao que avaliza a RESOLUÇÃO Nº CONSEPE N. 22, DE 03 DE SETEMBRO DE 2021, que aprova o Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), a proposta curricular deste curso foi fundamentada nos princípios pedagógicos da interdisciplinaridade e contextualização.

Além do mais, “a interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu”. (PCN, 1998, p. 30). Assim sendo, a interdisciplinaridade será assegurada no currículo deste curso e na prática docente, com vistas à descompartimentalização dos conteúdos e a fragmentação de conhecimentos.

Para a escolha da metodologia, práticas de ensino, sequências didáticas, seleção de conteúdos e instrumentos avaliativos, o professor (a) considerará as ementas, o perfil profissional do egresso, e o perfil da turma, tendo como parâmetro a intencionalidade didática e a contextualização.

No que se refere a contextualização, de acordo com Tufano (2001) contextualizar é o ato de colocar no contexto, ou seja, colocar alguém a par de alguma coisa a partir de uma ação premeditada para situar o indivíduo no tempo e no espaço desejado. Dito de outro modo, conforme o mesmo autor, a contextualização pode ser considerada como particular. Cada autor, escritor, pesquisador ou professor contextualiza de acordo com suas origens, com suas raízes, com seu modo de ver as coisas com muita cautela.

Para tanto, os conteúdos deverão ser contextualizados a fim de trazer o cotidiano para a sala de aula, de modo que, a construção/seleção de conhecimentos (saber-fazer), saberes (validação científica) e problematizações dos fenômenos em sala tenham significado, e do mesmo modo, se aproximem do dia a dia dos (as) discentes. Para contextualizar o conhecimento, poderão ser abordados aspectos como: problemas ou fenômenos psíquicos, físicos, econômicos, sociais, ambientais, culturais, políticos, dentre outros.

Para o fortalecimento da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, a pesquisa terá como objetivo contribuir com o desenvolvimento local e regional dos territórios onde os (as) discentes vivem e se intensifique a relação entre a instituição e a comunidade externa. Para tanto, há possibilidades de parcerias com instituições de ensino superior públicas e/ou privadas para implementação de projetos e eventos, que ampliem as vivências formativas e de qualificação profissional que extrapolem a sala de aula.

Além disso, a matriz curricular está dividida em três núcleos: Básico (Linguagens, códigos e suas tecnologias), Especial (conteúdos de estreita articulação com o eixo tecnológico), e tecnológico (formação técnica específica). No processo de planejamento, definição dos componentes curriculares e elaboração da matriz curricular, as disciplinas foram alocadas em cada núcleo de acordo com temas previstos nas ementas. A integração curricular foi estruturada a partir do compromisso institucional com o perfil do (a) egresso (a), desenvolvimento da autonomia intelectual, ética, cidadania, empreendedorismo cultural e sustentabilidade. Por fim, segue abaixo o quadro 2 - Matriz Curricular do curso FIC / Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural (200h).

Quadro 1 - Matriz Curricular do curso FIC / Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural (200h)		
NÚCLEO	DISCIPLINAS	CH
BÁSICO	Matemática financeira aplicada ao curso	24h
ESPECIAL	Informática aplicada ao curso	24h
TECNOLÓGICO	Fundamentos de aquicultura	44h
	Assistência técnica, extensão rural e desenvolvimento local	28h

	Associativismo e desenvolvimento econômico em perspectiva histórico-crítica	08h
	Sociologia e ética rural	20h
	Políticas públicas: conceitos e práticas e políticas públicas para o espaço rural no Brasil	20h
	Acesso a editais e políticas públicas	08h
	Aquicultura e turismo de base comunitária: formação de redes e empreendedorismo	24h
Total		200h

*A hora-aula é de 60 min.

7. EMENTAS

Tabela 1 - Disciplina Matemática financeira aplicada ao curso			
Disciplina	Matemática financeira aplicada ao curso	Ch	24
Ementa	Capital, Juros e montante. Regime de Juros simples e compostos: conceito e utilização; taxa de juros nominal e efetiva; taxas equivalentes; reais e inflacionárias. Sistemas de amortização. Conceituação de Finanças. A Administração Financeira e o seu Papel nas Organizações. Gestão de ativos e passivos circulantes. Administração do Capital de Giro.		
Referências	ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2003. ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor. São Paulo: Atlas, 2003. GIOVANNI, José Ruy; JUNIOR, José Ruy Giovanni. Matemática, pensar e descobrir, 8. FTD, (8º e 9º ano), 2010. MEDEIROS JUNIOR, R. J. Matemática Financeira. Cadernos e-Tec IFPR. Curitiba, 2012. Disponível em: https://redeotec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/matematica_fin.pdf . Acesso em: 22 agosto 2023.		

Tabela 2 - Disciplina Informática aplicada ao curso			
Disciplina	Informática aplicada ao curso	Ch	24
Ementa	Utilização de ferramentas de informática na realização de atividades ligadas à atividade como uma ferramenta do dia a dia para ajudar nas diversas tarefas. Compreender e utilizar softwares aplicados às cooperativas. Utilização de programas de edição de textos, planilhas eletrônicas aplicadas em análises de dados e apresentação de slides. Bancos de dados: Principais funções, gráficos, Elementos de um gráfico, inserção de um gráfico. Utilização de a Internet como meio de transferência de informações e pesquisa.		

Referências	<p>HUNT, T. O poder das redes sociais. São Paulo: Editora Gente, 2009.</p> <p>JUNIOR, C. C.; PARIS, W. S. Informática, Internet e Aplicativos. Curitiba: Ibpex, 2007.</p> <p>KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de Computadores e a Internet: uma Abordagem Top-down. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2010.</p> <p>MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A.. Informática: conceitos e aplicações. 3.ed. São Paulo: Érica, 2008.</p> <p>NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007.</p>
-------------	--

Tabela 3 - Disciplina Fundamentos de aquicultura			
Disciplina	Fundamentos de aquicultura	Ch	44
Ementa	Espécies nativas e exóticas próprias para a aquicultura. Construção de tanques e viveiros para peixes e camarões. Calagem e adubação de tanques para peixes e camarões. Nutrição e alimentação de peixes e camarão. Técnicas de manejo em piscicultura e carcinicultura. Reprodução induzida e larvicultura. Princípios da ostreicultura e da aquaponia Espécie adequadas ao cultivo de ostra de aquaponia.		
Referências	<p>ARANA, L. V. Fundamentos de aquicultura. Editora da UFSC, 2004.</p> <p>CASTAGNOLLI, N. Criação de Peixes. Piscicultura de água Doce. Jaboticabal: FUNEP, 1992.</p> <p>OSTRENSKY, A. e BOEGER, W. Piscicultura Fundamentos e Técnicas de Manejo. Livraria e Editora Agropecuária LTDA, 1998.</p> <p>RODRIGUES, A.P.O.R. Piscicultura de agua doce: multiplicando conhecimento. 2013.</p>		

Tabela 4 - Disciplina Assistência técnica, extensão rural e desenvolvimento local			
Disciplina	Assistência técnica, extensão rural e desenvolvimento local	Ch	28
Ementa	História da Assistência técnica e extensão rural no Brasil; Revolução Verde e modernização da agricultura; Extensão Rural e a pluralidade da agricultura: paradigmas pós-revolução verde; Reflexões teóricas para orientar as ações de extensão; extensão e comunicação na era da informação: ética profissional, perfil e práticas extensionistas; Extensão rural e tecnologia: inovação e tecnologias sociais; Modelos pedagógicos de extensão rural; Metodologias de extensão rural; Diagnósticos e planejamento das ações de extensão; Políticas públicas, extensão rural e agricultura familiar; curricularização da extensão.		
Referências	<p>CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 3.ed. Brasília, DF: MDA/NEAD, 2007. 166 p.</p> <p>GARCIA FILHO, D. P. Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: Guia Metodológico. Brasília: INCRA/FAO, 2001. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/guia_metodologico.pdf.</p> <p>PEIXOTO, Marcos. Extensão Rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Textos para discussão, 2008. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/136891/texto48marcuspei</p>		

	<p>xoto.pdf?sequence=1.</p> <p>MDA/SAF/Dater. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. MDA/SAF-Dater: Brasília, 2003 / 2010.</p> <p>RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). Assistência técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Ed. Bagaço, 2006.</p>
--	--

Tabela 5 - Disciplina Associativismo e desenvolvimento econômico em perspectiva histórico-crítica			
Disciplina	Associativismo e desenvolvimento econômico em perspectiva histórico-crítica	Ch	08
Ementa	Caracterização da comunicação organizacional. Discussão sobre a economia regional frente ao cenário econômico, cadeias produtivas e estratégias de negócio. Contextualização histórica, importância e formas de associativismo. Estudo de sindicatos rurais e condomínio rural. Detalhamento do projeto de implantação de uma associação. Contextualização histórica, características e doutrinas do cooperativismo. Estudo de órgãos sociais, projeto e implantação de cooperativas. Detalhamento de políticas públicas e programas de incentivo.		
Referências	<p>MONZONI M. Impacto em renda do microcrédito. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2008.</p> <p>RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>SCHARDONG, A. Cooperativa de Crédito - Instrumento de Organização Econômica da Sociedade. Porto Alegre: Editora Rigel, 2002.</p> <p>ABERS, Rebecca. Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. Cadernos da Cidade, nº7, volume 5, maio/2000.</p> <p>ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: VRITZER, Leonardo (coord.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.</p>		

Tabela 6 - Disciplina Sociologia e ética rural			
Disciplina	Sociologia e ética rural	Ch	20
Ementa	Sociologia rural. Desenvolvimento rural; Classes sociais no campo; Ética rural.		
Referências	<p>ALMEIDA, J. A. Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia. Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989.</p> <p>BARROS, E.V. Princípios de ciências sociais para a extensão rural. Viçosa: UFV, 1994.</p>		

Tabela 7 - Disciplina Políticas públicas: conceitos e práticas e políticas públicas para o espaço rural no Brasil			
Disciplina	Políticas públicas: conceitos e práticas e políticas públicas para o	Ch	20

	espaço rural no Brasil		
Ementa	Estado e produção de políticas públicas. Unitarismo, federalismo e atribuições da União, estados e municípios. Organizações não governamentais e desenvolvimento rural.		
Referências	<p>HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas públicas no Brasil; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.</p> <p>FLEURY, Sonia. Democracia, descentralização e desenvolvimento Brasil e Espanha; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p> <p>MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política pública como campo multidisciplinar; São Paulo/Rio de Janeiro: Editora UNESP/Editora FIOCRUZ, 2003.</p> <p>PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (Orgs.). Administração Pública coletânea; São Paulo/Brasília, DF: Editora UNESP/ENAP, 2010.</p>		

Tabela 8 - Disciplina Acesso a editais e políticas públicas			
Disciplina	Acesso a editais e políticas públicas	Ch	08
Ementa	A disciplina visa a leitura de editais, fontes de financiamento e suas políticas públicas		
Referências	Não se aplica		

Tabela 1 - Disciplina Aquicultura e turismo de base comunitária: formação de redes e empreendedorismo			
Disciplina	Aquicultura e turismo de base comunitária: formação de redes e empreendedorismo	Ch	24
Ementa	Principais conceitos e princípios que definem o Turismo de Base Comunitária a nível mundial e nacional. O histórico de consolidação do TBC no Brasil. TBC: segmento, modelo de gestão ou movimento social? A Economia Solidária e o TBC. Casos de sucesso no Brasil e no Estado da Bahia.		
Referências	<p>BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária. Letra e imagem, 2009.</p> <p>Singer, Paul. Introdução à economia solidária. 2018.</p>		

8. METODOLOGIA DE ENSINO

O curso funcionará presencialmente, com duração de até um ano devido ao cronograma do Programa de Residência Profissional Agrícola. Nas práticas de ensino e pesquisa, o trabalho será considerado como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico com ênfase na relação teoria e prática. Para realização das aulas teóricas e/ou práticas os (as) professores (as) poderão adotar metodologias isoladas ou combinadas como:

- a. Estudo de caso;

- b. Atividades individuais ou em grupo, escritas ou orais;
- c. Pesquisa bibliográfica e/ou de campo;
- d. Demonstração prática;
- e. Relatórios;
- f. Seminários;
- g. Elaboração e execução de projetos científicos, artísticos ou culturais;
- h. Visitas técnicas;
- i. Palestras;
- j. Discussão de vídeo/filme/comercial/documentário/clipe;
- k. Aulas práticas em laboratórios;
- l. Elaboração de fichamentos;
- m. Resolução de listas de exercícios;
- n. Resumos de textos pré-selecionados;

Para a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão que tenham caráter extensionista no âmbito deste curso FIC, é necessário que os saberes (acadêmico, científico e tecnológico) se articulem. Considerando este contexto, poderão ser realizados cursos, programas, projetos e eventos, que tenham as áreas temáticas da extensão de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e produção e Trabalho.

A Equipe técnica de gestão do curso será responsável pelas ações de permanência e êxito e quando necessário, atuará juntamente com a Equipe Multidisciplinar e/ou equivalente do *Campus* na identificação das vulnerabilidades social e/ou sócio emocionais e/ou encaminhamento dos (as) discentes aos serviços de apoio em redes de serviços sociais federais, estaduais e/ou municipais ou do próprio *Campus*. Os encaminhamentos serão planejados e executados em atendimento a realidade apresentada pela (s) discente (s).

As ações de acesso, permanência e êxito promovidas pelo *Campus* juntamente com a equipe técnica de execução do curso poderão acontecer de maneira articulada. As ações de acesso devem permitir a aproximação e diálogo com os territórios e com o grupo de discentes. Na permanência priorizar-se-á estratégias que envolvam tanto a Qualificação Profissional como as que possibilitem os (as) discentes frequentar a instituição e se sentirem acolhidos (as), além do pagamento de bolsa de assistência estudantil prestada de forma pecuniária, preferencialmente, mediante transferência bancária direta. Quanto ao êxito serão criados mecanismos institucionais

para viabilizar a conclusão do curso e ampliação de oportunidades de inclusão no mundo do trabalho. Segue a tabela 10- Ações de acesso, permanência e êxito, para melhor ilustrar as principais ações de acesso, permanência e êxito que devem ser adotadas.

Tabela 10 – Ações de acesso, permanência e êxito	
Acesso	Permanência e êxito
Sala para atuação da equipe técnica; Interlocução com a comunidade interna e externa; Edital de seleção discente; Matrículas; Aula inaugural;	Disponibilização de uniforme e material didático; Atendimento Multidisciplinar, quando for o caso; Identificação das vulnerabilidades social e/ou socioemocionais e/ou encaminhamento dos (as) discentes aos serviços de apoio em redes de serviços sociais federais, estaduais e/ou municipais ou do próprio Campus. Acesso à biblioteca e laboratórios e demais espaços da instituição; Promoção de atividades científicas e/ou culturais em sintonia com a proposta do curso como: palestras, eventos, workshops, visitas técnicas, dentre outros; Pagamento da Assistência estudantil; Formatura;

9. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Realiza planejamento estratégico, acompanhamento da produção e elabora projetos de intervenção;

Realiza abordagem metodológica participativa, dialógica e construtivista junto aos diversos públicos;

Compreende conceitos de saber empreender projetos que envolvem o desenvolvimento rural sustentável e a promoção social;

Planeja reuniões e coordena grupos de trabalho em redes cooperativas, associativistas e outros grupos produtivos, e;

Atende a legislação vigente.

10. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem deverá ser formativa, ou seja, realizar-se na forma de diagnósticos, orientando as intervenções nos processos de ensino e aprendizagem ao longo do curso. Deverão ser aplicados pelo menos dois instrumentos, por componente curricular, um preferencialmente, prático e outro teórico. Do mesmo modo, devem ser reconhecidos os conhecimentos prévios e experiências extraescolares dos (das) discentes ao longo do processo de qualificação profissional e na organização do planejamento pedagógico do (a) professor (a). Quanto aos instrumentos de avaliação poderão ser adotados:

- a. Autoavaliação;

- b. Provas;
- c. Trabalhos em grupo;
- d. Trabalhos individuais;
- e. Projetos;
- f. Visitas técnicas;
- g. Estudos dirigidos;
- h. Seminários;
- i. Confecção de artigo científico;
- j. Debates.

Será considerado aprovado o (a) discente que obtiver a nota igual ou superior a seis (6), e igualmente, frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) em cada componente curricular. Segue a tabela de quantidade de instrumentos avaliativos considerando-se a natureza dos cursos FIC bem como a carga horária total dos componentes curriculares.

Tabela 11 - Quantidade de avaliações		
Cursos com dias letivos de 4 h/a		
Disciplinas de no mínimo 12h	Disciplinas de 16h a 32h	Disciplinas acima de 36h
02 avaliações	02 avaliações	02 avaliações

10.1 Avaliação do curso

A avaliação do curso tem caráter formativo, diagnóstico e de monitoramento, de modo a garantir a manutenção das condições materiais, institucionais e logísticas para o funcionamento do curso respeitando-se o ciclo da oferta.

Os resultados dos formulários e/ou questionários serão utilizados, exclusivamente, para fins de avaliação e monitoramento da oferta de cursos FIC pelo *Campus*, de modo que, em tempo, sejam realizadas reformulações ou ajustes de ações que auxiliem a equipe gestora nas decisões operacionais, logísticas e didáticos- pedagógica que impactem na implementação, funcionamento dos cursos FIC, gestão e/ou organização do espaço pedagógico de atividades em sala e extraclasse, metodologias e/ou práticas de ensino.

A coleta de dados será realizada por aplicação de questionário (presencial ou online) composto por perguntas abertas e/ou fechadas disponibilizados aos discentes do curso. Haverá a privacidade, proteção e confidencialidade das informações. O questionário e/ou formulário versará acerca a atuação da equipe gestora local, professores (as) e condições da infraestrutura oferecida pela instituição para a oferta do curso.

Por fim, os indicadores que serão utilizados como parâmetro para avaliação do curso serão:

1. Eficácia, relação entre a evasão e retenção;
2. Desempenho nas avaliações dos discentes;
3. Planos de ensino;
4. Aulas ministradas;
5. Avaliação dos discentes com relação aos docentes e ao curso.

11. CERTIFICAÇÃO

Estará apto a receber o certificado o (a) discente que tiver no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades desenvolvidas e nota igual ou superior a seis (6) em todos os componentes curriculares previstos na Matriz curricular em curso. Os certificados serão emitidos e registrados pelo Campus através do sistema de informação oficial da instituição estabelecido pela PROEN no Módulo Ensino ou Extensão, de acordo com a natureza do curso.

12. INGRESSO

O ingresso dos (as) discentes nos Cursos FIC ocorrerá por meio de Edital de inscrição ou seleção simplificada. O processo seletivo dos (as) discentes poderá ser realizado por meio de entrevistas, aplicação de questionários, sorteios, provas, análise socioeconômica, ordem de inscrição, comprovantes de competências. Os candidatos selecionados (as) deverão ser cadastrados (as) na Gerência de Registros Escolares ou equivalente do *Campus*. A matrícula no curso deverá ser realizada no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.

13. INFRAESTRUTURA

A Infraestrutura mínima para oferta deste curso FIC deverá ser composta por salas de aula, laboratórios, biblioteca, rede de internet para a realização das atividades teóricas e práticas ao longo do curso. Além disso, o IFBA poderá celebrar convênios e/ou parcerias com instituições públicas e/ou privadas e/ou sociedade civil organizada com vistas a ampliação da infraestrutura e/ou disponibilização de materiais didático-pedagógicos, matéria - primas e/ou insumos. Entretanto, as atribuições das partes envolvidas serão definidas em instrumentos jurídicos apropriados.

O IFBA campus Valença possui, resumidamente, a seguinte estrutura física:

Salas administrativas: 25;
 Sala de videoconferência: 1;
 Banheiros:10;
 Biblioteca: 1;
 Estacionamento:3;
 Copa: 1;
 Ginásio poliesportivo:1;
 Guarita:1;
 Sala ampla para reuniões:1;
 Salas de coordenação de cursos:6
 Laboratórios: 23
 Salas de aulas: 25
 Refeitório: 1

14. EQUIPE TÉCNICA

A Direção Geral do Campus, a Direção de Ensino juntamente com a COPES selecionará a equipe técnica que irá ministrar as atividades deste curso.

15. CRONOGRAMA

Tabela 2 - Cronograma			
Principais ações	Período de execução Oferta 2024.2 / 2025		
	Dez/2024	Fev/2025	Nov/2025
Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso pelo Conselho do Campus	x		
Seleção dos (as) discentes	x		
Período de matrículas	x		
Início do curso		x	
Término do curso			x
Formatura			x

REFERÊNCIAS

BAHIA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. RESOLUÇÃO Nº CONSEPE N. 22, DE 03 DE SETEMBRO DE 2021. Aprova o *Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Salvador, 2021. 16 p. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proex/documentos_pastas_internas/resolucao-__regulamento-dos-cursos-de-formacao-inicial-e-continuada-fic.pdf>. Acesso em: 05 de ago de 2024.

CAR/IDES – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia. A realidade do Baixo Sul da Bahia e suas perspectivas. Ituberá: CAR/IDES, 2004.

ESTIVAL, K. G. S. Trajetórias dos Assentamentos da Agricultura Familiar no Brasil: Estudos de Caso Sobre o Modo de Vida Rural em um Assentamento do Sul da Bahia. *Desafio Online*, v. 4, n. 1, p. 28-49, 2016.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>

PRONATEC, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Guia Pronatec de cursos FIC. Brasília/DF.234 p. Disponível em: <https://map.mec.gov.br/attachments/download/74900/guia_pronatec_de_cursos_fic_2016.pdf >. Acesso em: 05 de ago de 2024.

PRONATEC, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4 DE 16 DE MARÇO DE 2012 Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-cd-fnde-no-4-de-16-de-marco-de-2012>> Acesso em: 06 de ago de 2024.

SOUSA, D. N. Diagnóstico preliminar da extensão pesqueira no estado do Tocantins. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2013. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/pesca-e-aquicultura/busca-de-publicacoes/-/publicacao/960055/diagnostico-preliminar-da-extensao-pesqueira-no-estado-do-tocantins>>

SOUSA, D. N.; ALMEIDA KATO, H. C.; COSTA, M. S.; MILAGRES, C. S. F. Situação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) no Estado do Tocantins. *Revista Interface*, Porto Nacional, n. 13, p. 21-36, 2017.

TUFANO, Wagner; FAZENDA, Ivani. In: *Dicionário em Construção: Interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2001.